

das Instruções baixadas pela Portaria "P" n.º 50-PG, de 31 de outubro de 1969, resolve: designar o Procurador do Estado de 2.ª Categoria Doutor José Carlos Barbosa Moreira, matrícula n.º 111.111, Secretário da Comissão Examinadora do 3.º Concurso para provimento de cargos de Procurador de 3.ª Categoria do Estado da Guanabara. Em seus impedimentos eventuais, será substituído, sucessivamente, pelo Procurador do Estado, de 2.ª Categoria, Doutor Roberto Paraiso Rocha, matrícula n.º 131.558; e pelo Procurador do Estado, de 3.ª Categoria, Doutor Sérgio Ferraz, matrícula n.º 131.450.

(Publicada no *Boletim Oficial* de 18-5-1970).

5. Prova escrita de Direito Administrativo

QUESITO N.º 1

Transcrever, dentre os itens abaixo relacionados, os que correspondam a ato administrativo material, justificando a exclusão dos demais:

- 1) destruição de mercadoria deteriorada;
- 2) aprovação de tarifas de táxi;
- 3) remoção de veículo estacionado em local proibido;
- 4) revisão de aposentadoria;
- 5) licença para porte de arma;
- 6) inumação em cemitério religioso;
- 7) readaptação de servidor público;
- 8) locação de bem imóvel do Estado;
- 9) remoção de juiz para o Tribunal de Alçada;
- 10) termo de posse em cargo público.

QUESITO N.º 2

O Estado da Guanabara contratou com firma sediada em S. Paulo, a construção de um conjunto residencial para remoção de favelados, após concorrência pública cujo edital especificou as características técnicas do projeto.

Posteriormente, mediante Decreto do Governador, foram estipulados novos requisitos técnicos, que importam sensível elevação no custo da obra.

A firma construtora, alegando violação do contrato e prejuízo intolerável, suspendeu a execução da obra, que é de urgente interesse público. Enumere os direitos e obrigações da firma contratante e os princípios especiais aos contratos administrativos aplicáveis à hipótese.

QUESITO N.º 3

O proprietário de um imóvel urbano com área de 10.000 m² teve desapropriada, pela União, a parte dos fundos, confinante com um quartel

do Exército, restando-lhe porção do imóvel com 420 m². Posteriormente, o Estado da Guanabara declarou de utilidade pública área do mesmo terreno, fronteira à via pública, com 380 m², para construção de edifício destinado à Companhia Estadual do Gás.

O proprietário notificou o Estado da Guanabara e a União Federal para que também desapropriassem a área remanescente. O Governador do Estado consulta se há direito subjetivo do notificante a ser atendido na esfera estadual. Qual o seu parecer?

QUESITO N.º 4

Lei complementar federal estabelece que os membros do Ministério Público da União, ou dos Estados, poderão acumular o cargo com o de procurador de autarquia. Procurador da República, lotado no Estado da Guanabara, que, um mês antes da vigência da lei, optara pelo cargo federal, requer reintegração em cargo de procurador de autarquia estadual, que se acha vago.

Pergunta-se:

- a) há direito à reintegração?
- b) a decisão cabe ao dirigente da autarquia, ao Governador do Estado, ao Procurador Geral da República, ou a outra autoridade?

QUESITO N.º 5

Projeto de lei elaborado por associação dos servidores públicos prevê a criação, mediante lei estadual, de um Tribunal Administrativo para julgar, em caráter final, os litígios em matéria disciplinar entre o Estado da Guanabara e seus servidores, após processo com rito contraditório. Consulta o Governador do Estado sobre a legitimidade da criação do órgão proposto.

Enuncie os fundamentos de sua opinião.

QUESITO N.º 6

Quais as formalidades para que o Estado da Guanabara possa incorporar bem público de uso comum ao patrimônio de sociedade de economia mista, como forma de integralização de capital subscrito?

QUESITO N.º 7

Os bens públicos estão sujeitos à transcrição no Registro de Imóveis?

QUESITO N.º 8

Uma sociedade anônima requer aprovação para projeto de construção de edifício de apartamentos. O projeto atende a todos os requisitos exi-

gíveis na legislação estadual. Contudo, antes de licenciada a obra, tem o Estado conhecimento de que a sociedade requereu concordata.

Pergunta-se: após decretada a concordata, ou a falência, poderá a licença ser concedida?

QUESITO N.º 9

Dispõe o art. 4.º do Decreto-lei estadual n.º 299, de 17-12-1970:

“As alturas ou áreas máximas de construção previstas na Lei n.º 1.754, de 11 de dezembro de 1967, e na sua regulamentação respectiva, somente poderão ser excedidas em casos especiais e excepcionais, a juízo do Governador do Estado”.

Indaga-se: é suscetível de controle judicial decisão do Governador, tomada com base nesse dispositivo legal?

QUESITO N.º 10

Determinada firma requer ao Estado licença para explorar areia existente em margem de curso d'água localizado no território estadual. Demonstra ter a necessária autorização dos proprietários dos imóveis marginais ao curso d'água e declara que a areia se destina a servir de matéria-prima em indústria local de transformação.

Pergunta-se: tem a Administração estadual competência para conceder o licenciamento?

QUESITO N.º 11

Pedro requer aprovação para projeto de edificação, o qual abrange lote de sua propriedade e área do patrimônio estadual, sujeita a investidura. Ao mesmo tempo, requer na repartição competente que seja efetivada a investidura.

Poderá o projeto ser aprovado e expedido o respectivo alvará para o início das obras sem que a investidura esteja realizada?

QUESITO N.º 12

Determinada entidade, considerada de utilidade pública pelo Estado da Guanabara, requer que este lhe ceda parte da Praça X, logradouro público regularmente reconhecido, para a edificação de um hospital, propondo-se a prestar serviços gratuitos de assistência médica à população local, uma vez ultimada a construção.

Pergunta-se: será possível à Administração estadual deferir o pedido?

QUESITO N.º 13

A firma Soares & Moura Ltda. requer administrativamente indenização por danos causados a suas instalações, na Avenida Rio Branco, durante um distúrbio popular. Invoca em seu favor o art. 107 da Constituição Federal.

A Administração consulta a Procuradoria quanto à responsabilidade do Estado por aqueles danos. Dê o seu parecer.

QUESITO N.º 14

O funcionário Paulo foi nomeado pelo Governador para integrar o Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado, assumindo o respectivo mandato em 1.º de fevereiro de 1969. Um ano após, vale dizer, em 1.º de fevereiro de 1970, o Chefe do Executivo estadual resolveu substituí-lo no curso do mandato, nomeando outro funcionário para integrar aquele órgão.

Opine sobre a legitimidade, ou não, do ato do Governador.

QUESITO N.º 15

A Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara (ESPEG) publicou edital relativo a prova de habilitação destinada a selecionar professores de curso supletivo a serem contratados, no regime da legislação trabalhista. Nas respectivas instruções estabeleceu-se, como limite de idade para os candidatos, 40 (quarenta) anos incompletos, até o dia do encerramento das inscrições.

O cidadão Antônio, por ter 41 anos, viu negada a sua inscrição, o que o levou a requerer mandado de segurança contra ato do diretor da ESPEG, invocando direito subjetivo, com fundamento em disposições constitucionais e na Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Indique os possíveis fundamentos da impetração, bem como as razões que poderiam ser opostas em defesa do ato da Administração.

QUESITO N.º 16

Determinado funcionário do Estado da Guanabara foi posto à disposição do Ministério da Justiça. Durante o exercício no órgão federal, praticou faltas graves, em co-autoria com funcionários federais, envolvendo a subtração de material de uso no Serviço. Instaurado processo administrativo, no Ministério da Justiça, a decisão concluiu pela responsabilidade dos indiciados, aplicando pena de demissão aos servidores federais. Em seguida, o processo administrativo foi encaminhado pelo Ministro da Justiça ao Governador, tendo em vista que o funcionário já reassumira o cargo na administração do Estado.

Indique, na hipótese, as providências cabíveis.

QUESITO N.º 17

Servidor estadual, contando mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, requereu e obteve aposentadoria. Dois meses depois, requereu sua volta à atividade.

Pergunta-se:

- a) poderia o requerente ser atendido por via de reversão?
- b) seria lícito ao Governador revogar o decreto de aposentadoria, sob fundamento da concordância do titular do direito e do interesse da Administração no retorno ao serviço?

QUESITO N.º 18

Clodoaldo trabalhou, como médico de um hospital particular especializado, de janeiro de 1960 a janeiro de 1965. Em seguida, deixou o emprego para assumir, no Estado da Guanabara, sem solução de continuidade, cargo público de médico, em virtude de habilitação em concurso. Em 1966, o referido hospital foi transformado em estabelecimento público, por força de legislação federal. Em 1967, Clodoaldo requereu a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que trabalhara no aludido hospital, pedindo, desde logo, a concessão de licença especial.

Existe direito subjetivo a uma, ou a ambas as pretensões?

QUESITO N.º 19

O titular de um tabelionato de notas no Estado da Guanabara, com mais de 20 (vinte) anos no cargo, respondeu, em 1968, juntamente com outros serventuários, alguns deles já estáveis, a processo administrativo, no qual se apurou a responsabilidade de todos os acusados em razão de faltas graves, passíveis da pena de demissão. Submetido o processo à decisão do Governador, foi argüida a aplicação do art. 6.º do Ato Institucional n.º 5.

Indaga-se:

- a) cabe a demissão dos acusados com fundamento na legislação estadual?
- b) poderá o Governador valer-se, na hipótese, do aludido preceito do Ato Institucional n.º 5?

QUESITO N.º 20

Gérson, Félix e Rivelino foram contratados, sob regime da legislação trabalhista, pela Administração dos Estádios da Guanabara (ADEC), autarquia estadual, o primeiro em 2 de janeiro de 1962, o segundo em 15 de outubro do mesmo ano, e o último em 21 de janeiro de 1965. O contrato de Rivelino previa estabilidade após dois anos de exercício. Félix requereu, em 1964, a averbação de dez meses de serviço militar obrigatório.

Pergunta-se:

- a) é livre a dispensa, pela Administração da ADEC, dos empregados citados?
- b) o art. 177, § 2.º, da Constituição Federal de 1967 beneficia os mesmos empregados?

6. Prova escrita de Direito Processual

QUESITO N.º 1

Mencionando os vários aspectos relevantes, estabeleça a distinção entre *incompetência absoluta* e *incompetência relativa*, no processo civil.

QUESITO N.º 2

Atendido o chamamento à autoria, fará coisa julgada para o denunciante, que se retirou do processo, a sentença proferida em face do denunciado e da parte contrária.

Justifique a resposta.

QUESITO N.º 3

Eis a conclusão de sentença proferida em executio fiscal para cobrança da importância de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):

“Pelo exposto, julgo improcedente o pedido e insubsistente a penhora. Condene o Estado ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, fixados em 20% do valor da causa”.

Responda, fundamentadamente:

— Esgotado o prazo para interposição do agravo, sem que a Fazenda Pública recorra, ter-se-á desde logo por insubsistente a penhora?

QUESITO N.º 4

Afirmando o descumprimento, pela Administração, de servidão sobre imóvel público estadual em favor de outro prédio, ajuizou F., proprietário deste, *ação de ressarcimento de dano* contra o Estado da Guanabara. Em defesa, argumentou o Estado que *não existia* a alegada servidão; mas o juiz acolheu o pedido de F., sendo a decisão confirmada em grau de recurso.

Posteriormente, propôs o Estado contra F. *ação declaratória da inexistência da servidão*. A sentença, favorável ao Estado, passou também em julgado.

Volta agora F. a juízo, com *ação rescisória* da decisão proferida no segundo processo, invocando o disposto no art. 798, n.º I, letra b, do